



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FACED)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior
Departamento de Fundamentos da Educação (DFE)
Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior

UILMA CELIA GARCIA DA CRUZ

ESCOLHA PROFISSIONAL DOCENTE: VOCAÇÃO OU OPÇÃO?

FORTALEZA – CE
2012

UILMA CELIA GARCIA DA CRUZ

ESCOLHA PROFISSIONAL DOCENTE: VOCAÇÃO OU OPÇÃO?

Monografia apresentada à Comissão de Pós-Graduação do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Ceará para obtenção do grau de pós-graduada em Docência do Ensino Superior.

Orientador: Prof. Francisco Ari de Andrade, Dr.

FORTALEZA – CE

2012

UILMA CÉLIA GARCIA DA CRUZ

ESCOLHA PROFISSIONAL DOCENTE: VOCAÇÃO OU OPÇÃO?

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Pós-graduada em Docência do Ensino Superior, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

Data da aprovação ____/____/____

Prof. Francisco Ari Andrade de Andrade, Dr.
Orientador

Prof(a). Glaucia Maria de Menezes Ferreira, Ld.
Coordenadora do Curso

A Deus.

Aos meus filhos: Cauê, Mirella e Milena.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente a Deus, que me permitiu vencer mais uma batalha, mesmo diante de tantas dificuldades do dia a dia, dando-me saúde, força e condições financeiras que me permitiram ir até o final.

Agradeço a todos os professores, pelo empenho em sala de aula e disposição em oferecer o melhor, valorizando assim o esforço de todos na busca pelo saber.

Agradeço aos meus colegas de turma, pelo companheirismo nesta batalha que travamos juntos.

Agradeço em especial a Gabrielle Linhares, Lílian Fontele e Márcia Sousa pelo compartilhamento mútuo na luta por um interesse comum, o de se formar, mas também pelo brilho de cada uma delas como pessoa e por suas vidas em minha vida no que diz respeito à amizade e ao aprendizado.

Finalmente, agradeço ao Prof^o Francisco Ari por sua paciência, dedicação e orientação na construção e conclusão deste trabalho.

“Um dos sintomas de estar vivo é a nossa capacidade de desejar e de nos apaixonar, amar e odiar, construir e destruir. Somos movidos pelo desejo de crescer, de aprender, e nós educadores, também de ensinar. Somos sujeitos porque desejamos. Somos sujeitos porque criamos, imaginamos e sonhamos. Somos sujeitos por que amamos e odiamos, destruimos e construímos conhecimento. Somos sujeitos porque temos uma ação pensante, reflexiva, laboriosa no mundo. Contudo, tem muito sujeito que não é dono do seu desejo, de seu fazer, de seu pensamento. Como fazê-lo reconhecer o próprio desejo, pensamento, se nunca lhe foi possível praticá-lo?”

Madalena Freire

RESUMO

Nem sempre a escolha desejada ou vocacionada para uma futura carreira será a opção do sujeito, pois esta escolha dependerá de inúmeros fatores que irão desencadear um resultado, nem sempre desejado, mas que estará de acordo com a sua situação ocasional. Nesta pesquisa buscamos analisar a escolha ou opção pelo curso de Pedagogia, com base em algumas teorias norteadoras da escolha profissional, identificando os sujeitos, fatores determinantes da escolha ou “não escolha”, questões relacionadas à formação docente, com abordagens da construção da identidade profissional, histórica e política e o ponto de vista de alguns autores quanto à carreira profissional, como: Selma Garrido, Graça Anastasiou, Maurice Tardif e Claude Lessard. A metodologia que utilizamos foi através de um estudo de caso, com enquete e questionário que abordam questões de escolha ou não pelo curso de Pedagogia, levantando características socioeconômicas e culturais. A pesquisa foi realizada com 56 alunos ingressos no curso de Pedagogia, diurno e noturno, do ano de 2012, primeiro semestre, da Universidade Federal do Ceará. A obtenção dos resultados aponta para 49% dos alunos com escolha pela Pedagogia e 51% que escolheram por descarte frente às questões levantadas de situação socioeconômica, cultural e aferições avaliativas e seletivas. Dos 49% que optaram pela Pedagogia, 73% tem renda abaixo de quatro salários mínimos, corroborando com a pesquisa.

Palavras-chave: escolha profissional; docência; Pedagogia; identidade profissional.

ABSTRACT

Not always a wished or an inclined choice to a future career will be the option of the subject, because this choice will depend on the innumerable factors which will bind in chains a result, not always wished, but it will be according to its occasional situation. In this research we tried to analyze the choice or option for the course of Pedagogy, based in some guiding theories of professional choice, identifying the subjects, determinant factors of the choice or “not choice”, questions related to the docent graduation, with professional identity construction approaches, historical, political and the point of view of some authors as for professional career, as: Selma Garrido, Graça Anastasiou, Maurice Tardif and Claude Lessard. The methodology we used was through a case study with survey and a questionnaire with approach questions of choice or not for the course of Pedagogy, rising social-economics and cultural characteristics. The research was accomplished with 56 Pedagogy students, diurnal and nocturnal, in 2012, in the first semester, of Federal University of Ceará. The obtained results points up to 49% of the students choosing Pedagogy and 51% who chose to reject in front of raised questions of social-economic e cultural situation, and evaluative and selective benchmarking. From 49% who have chosen for Pedagogy, 73% have an income less than four minimum wages, asserting with the research.

Keywords: Professional choice; docency; Pedagogy; professional identity.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Escolha pela pedagogia	40
Gráfico 2 - 1ª opção de escolha do curso superior	41
Gráfico 3 - Escola de origem / Ensino Fundamental e Médio	42
Gráfico 4 - Escolaridade do pai	43
Gráfico 5 - Escolaridade da mãe	43
Gráfico 6 - Renda familiar	44
Gráfico 7 - Atividades culturais no último ano	45
Gráfico 8 - Leitura de livros no último ano	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CFE	Conselho Federal de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FCC	Fundação Carlos Chagas
FORUMDIR	Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras
FVC	Fundação Victor Civita
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISEs	Institutos Superiores de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	A ESCOLHA PROFISSIONAL DOCENTE: VOCAÇÃO OU OPÇÃO.....	13
1.1	TEORIAS NORTEADORAS DA ESCOLHA PROFISSIONAL.....	15
1.1.1	Teorias psicológicas.....	16
1.1.2	Teorias não psicológicas.....	18
2	ESCOLHA PELA PEDAGOGIA.....	20
2.1	Fatores determinantes na escolha pela Pedagogia.....	21
2.2	Fatores determinantes da NÃO escolha pela Pedagogia.....	22
3	FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE.....	24
3.1	Breve abordagem das políticas públicas na formação dos professores..	24
3.2	Breve abordagem histórica do curso de Pedagogia.....	25
3.3	Abordagem da formação profissional do ponto de vista de alguns autores.....	28
4	ESCOLHA DA CARREIRA PROFISSIONAL FRENTE ÀS AFERIÇÕES AVALIATIVAS E SELEÇÃO – ENEM/SISU.....	35
4.1	ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.....	36
4.2	SiSU - Sistema de Seleção Unificada.....	37
5	ESTUDO DE CASO.....	38
5.1	População e amostra.....	39
5.2	Coleta de dados e instrumentos da pesquisa.....	39
5.3	Resultados da pesquisa.....	40
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS.....	50
	APÊNDICE A.....	52
	APÊNDICE B.....	53

INTRODUÇÃO

A escolha por uma profissão ou ocupação é algo comumente discutido dentro dos ambientes vivenciados pelos sujeitos, influenciando e sendo influenciado dentro deste processo. Escolher uma profissão ou ocupação, em sua grande maioria, tem a ver com o questionamento que o sujeito faz a si de “como farei ou o que farei para sobreviver?”. Esse questionamento leva em consideração vários fatores internos e externos, em que pese à escolha desse sujeito e em algum momento de sua história social.

Para Bohoslavski, a escolha sempre se relaciona com os outros indivíduos (reais ou imaginários). O futuro nunca é pensado abstratamente. Nunca se pensa numa carreira ou numa faculdade despersonalizadas. (...) Isto quer dizer que o ‘queria ser engenheiro’ nunca é somente ‘queria ser engenheiro’, mas ‘quero ser como suponho que seja fulano de tal’ (...) (1977 apud BOCK, 2006, p.77).

Nem sempre a escolha é certa. Corre-se o risco de escolher a profissão errada por inabilidade e pressões sofridas em seu meio e, ainda, pelas oportunidades ou falta destas, atenção ou não às suas aptidões, capacidades e competências e outros fatores, podendo ou não se reorientar ou apenas construir-se dentro de sua escolha.

Chamo atenção, em especial, pela escolha da Pedagogia e os fatores influenciadores atuantes neste campo profissional diante das dificuldades apresentadas nesta carreira, diante das políticas públicas e desvalorização deste profissional. Como então é construída esta escolha? Porque a pedagogia? O que esperar?

O que dizer da escolha pela Pedagogia enquanto única oportunidade que este sujeito tem diante dos processos avaliativos (ENEM/SiSU/vestibular), ou mesmo, diante dos valores monetários, sendo o curso de Pedagogia um dos mais baratos? É possível construir-se e desenvolver habilidades e competências, tornando-se um profissional apto ao ensino? Quais as consequências de uma escolha equivocada ou induzida ao acaso?

Existe uma complexidade a respeito da escolha profissional pela Pedagogia, onde fatores psicológicos, sociais e econômicos exercem certos poderes, entendendo-se que estes fazem parte cotidianamente da prática de vida do sujeito, tendo ainda tradição e história a serem contemplados, direcionando-o e ao mesmo tempo desestimulando-o.

Portanto, motivados por estas questões e questionamentos, buscamos, no primeiro capítulo, entender algumas teorias quanto à escolha profissional do sujeito, do ponto de vista psicológico, abrangendo alguns tópicos da visão sociológica da escolha ao acaso e das forças sofridas do meio social.

No segundo capítulo nos voltamos para os fatores ligados diretamente a escolha pelo curso de Pedagogia, ou docência, analisando pesquisas realizadas com estudantes secundaristas em relação à opção pela carreira e apresentando os fatores determinantes desta escolha assim como alguns desses relatos.

Buscando a compreensão das questões ligadas à formação profissional docente, sua história, lutas e identidade, no terceiro capítulo, abordamos as políticas públicas, a história do curso de Pedagogia e suas lutas, assim como visões de alguns autores sobre a identidade e a Pedagogia do ponto de vista da profissão/trabalho.

No quarto capítulo, apresentamos a questão da escolha do curso de Pedagogia frente aos processos de ingresso, visto representar algo de suma importância na questão da escolha em busca de um Curso Superior, tendo grande representatividade neste processo.

No quinto e último capítulo, realizamos um breve estudo de caso para termos uma visão crítica e de base a novos questionamentos e, por fim, construirmos algumas considerações acerca da escolha pela profissão docente, analisando os motivos e motivações diante da problemática da identidade e carreira profissional.

1. A ESCOLHA PROFISSIONAL DOCENTE: VOCAÇÃO OU OPÇÃO.

Escolher uma profissão é algo bem moderno do ponto de vista da história da humanidade; para nossos antepassados, os nômades, não havia tal perspectiva e isso não se constituía um problema, posto que o trabalho fosse algo coletivo e em prol da sobrevivência e segurança do grupo, em que as funções diferenciavam-se apenas pelas restrições relacionadas ao sexo e ao vigor.

O ser humano ao organizar-se em grupos e fixar-se em determinados espaços com intuito de conservação da espécie, inicia sua formação sociocultural e política, preocupando-se com segurança, suprimento de alimentos e cooperação. A partir desta nova perspectiva, diferenciam-se diversas funções, como a prática da coleta, da caça ou da pesca, a arte de guerra, assim como a cura, mostrando-se alguns mais hábeis que outros, caracterizando-se então a hierarquia, o poder e a transmissão do saber (educação) dos mais experientes aos mais novos.

Diante das várias etapas do processo civilizatório, notadamente, em todos os grupos, há a transmissão do conhecimento dos mais experientes para os demais. E, independente da etapa civilizatória organizacional vivenciada pelo grupo, a princípio não havia a “oportunidade de escolha pelas tarefas a serem desempenhadas para a maioria”. As tarefas eram realizadas e divididas dentro de seus próprios sistemas de necessidades e em prol da coletividade, porém alguns desenvolviam habilidades mais que outros no que diz respeito à experiência e prática da tarefa.

Independente de o trabalho ser ou não ser valorizado, percebe-se que a discussão não dizia respeito à atividade em si. A forma como se **dava a luta pela sobrevivência não dependia de escolhas** (grifo nosso). Ao contrário, as condições estavam estabelecidas aprioristicamente pela estrutura da sociedade e a forma como ela se organizava. (Bock, 2006, p.21).

A prática de trabalho exercida pelo homem não dependia das escolhas e sim da sobrevivência, estruturando-se então uma questão social em torno das necessidades coletivas a atender as demandas do grupo. Portanto, primeiramente não se pensava nas habilidades e competências, nem nos destaque de alguns por suas experiências desenvolvidas a partir de suas práticas. Podemos, no entanto,

associar competência à prática e experiência e, óbvio, às características pessoais, surgindo assim aqueles que se destacavam nos grupos.

Na Idade Média, mais precisamente no feudalismo, com a estratificação das camadas sociais e a pré-determinação imposta pelo nascimento, sendo a ocupação e a posição social algo **transmitido de pai para filho**, e, não havia, até então, tal perspectiva de escolha (opção) de uma profissão, por parte do sujeito.

Ainda, neste período, a igreja introduz o termo 'vocação', que traz em si uma conotação divina, sendo "a vocação determinada por Deus e agraciada a determinados sujeitos" para prática da religião, do ensino, das leis e da medicina, que, normalmente era realizada por monges, pois estes tinham acesso ao conhecimento produzido.

Contudo, o sistema feudal entra em decadência, surgindo o capitalismo, em que o homem não mais produz para sua sobrevivência, passa a produzir excedentes, surgindo uma nova classe social, a burguesia, constituída de trabalhadores livres e especialistas, que podem **vender sua força e capacidade de trabalho**. Neste contexto o termo "vocação" deixa de ter uma conotação divina e passa a ser visto como um determinismo biológico.

A partir dos contextos suprarreferidos quanto à carreira ou atividade exercida pelo sujeito ao longo do tempo, sendo esta "inata, ligada a sobrevivência e coletividade, determinada pelo nascimento ou pela vocação divina, e, por último, um profissional 'livre' com suas próprias *escolhas*", ainda hoje a escolha por uma carreira profissional traz em si uma codificação histórica de fatores que atuam sobre o sujeito, resultando em conflitos em que a *vocação* (propensão) e a *opção* podem estar de lados opostos, configurando-se assim em escolhas ao acaso ou que sofram influências externas ao sujeito.

Em relação à opção pelo "ensino" pesa uma forte conotação de missão (vocação), de biogênese do sujeito e de construção de competências.

1.1 TEORIAS NORTEADORAS DA ESCOLHA PROFISSIONAL

Buscamos algumas teorias para o norteamento deste trabalho, como forma de refletir e analisar sobre a questão da escolha profissional e compará-las aos fatores determinantes pela escolha da Pedagogia. A escolha, no entanto, está ligada à subjetividade humana, portanto o mesmo vem ser tratado na área da Psicologia dentro do que se convencionou chamar de OV – Orientação Vocacional.

Como nossa reflexão será no campo das escolhas, não nos deteremos, porém, nos vários autores, que assim tornaram a questão da escolha por uma profissão algo teorizado do ponto de vista da subjetividade humana e dos fatores socioeconômicos, tampouco do papel do acaso ou mesmo da vocação.

Nem nos deteremos nas questões sociológicas, como na visão de Durkheim, que entende que o sujeito não pode ser abordado unicamente pela psicologia, visto haver uma natureza pessoal e coletiva do indivíduo, em que pese a psicologia não atender a compreensão do homem em sua coletividade, restringindo-se somente à sua individualidade; e nem em Weber, apesar do mesmo, em sua obra *Ciência e Política*, duas vocações, discorrer sobre o acaso, dizendo que este não reina sozinho em tais domínios, ou seja, nas escolhas do sujeito, porém, e apesar disso, exerce influência fora do comum; e em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, aborda a “vocação” como deveres que lhe foram impostos (ao sujeito) pela vontade divina, definição que muda ao longo da história.

Daremos ênfase as teorias psicológicas que atuam intrínseca e extrínsecamente ao sujeito, apresentando-as de maneira sucinta, utilizando-se da classificação clássica elaborada por Crites, citada por Bock (2006, p.27), que agrupa as teorias na área de orientação profissional em três grandes blocos denominados por ele:

- Teorias Psicológicas;
- Teorias não Psicológicas e;
- Teorias Gerais, sendo que esta última não será teorizada.

1.1.1 Teorias Psicológicas:

As Teorias Psicológicas **emergem do sujeito**, sendo a escolha diretamente centrada no sujeito e indiretamente no seu meio, são elas:

Teoria de Traço e Fator: representam as aptidões desse sujeito e a forma de otimizá-las para garantir-lhe bem-estar individual e social. Pautase nos testes vocacionais, na mensuração de aptidões, interesses e características pessoais do sujeito. Ferretti (1988) sugere os seguintes pressupostos:

- a) os indivíduos diferenciam-se entre si em termos de habilidades físicas, aptidões, interesses e características pessoais;
- b) as ocupações também se diferenciam entre si, cada uma exigindo, para um desempenho produtivo, que o profissional apresente aptidões, interesses e características pessoais requeridas pela profissão;
- c) é possível conduzir à compatibilização ideal dessa dupla ordem de fatores através de um processo racional de escolha. (1988, apud BOCK, 2006, p.29).

Nessa concepção, a escolha é vista de forma clínica, assemelhando-se à coleta de dados e realização de diagnóstico, onde o sujeito acata ou não o resultado da análise, tendo ou não interesse pela profissão.

Teorias Psicodinâmicas: buscam, por sua vez, explicações quanto à escolha do sujeito a partir dos seus motivos e impulsos, baseada em teorias psicanalíticas e teorias de satisfação de necessidades; ou seja, a partir de características individuais de sua personalidade, tais como: agressivo, reativo, compulsivo, passivo, submisso, etc., busca exercer atividades em que possam assumir tais características e aponta para isso a relação de certos tipos de personalidade a escolhas profissionais. Essa teoria não alcançou grande repercussão na prática de orientação profissional no Brasil de acordo com Bock (2006, p.33).

Teorias Desenvolvimentistas: abordam a construção da vocação nas diferentes fases do desenvolvimento do sujeito, criticando-se a escolha em um dado momento específico e defendendo-se o desenvolvimento vocacional como um processo da vida toda. Introduzida em 1951 por Eli Ginzberg (1976), que estuda as teorias da vocação e conclui que a escolha é um processo, dividindo-o em três estágios:

“Escolha fantasia” (infância até os onze anos), começando desde o nascimento da criança, porém analisada dos 7 aos 11 anos;

“Tentativas de escolha” (dos onze aos dezessete), com três subestágios: subestágio de desenvolvimento dos “*interesses*”, das “*capacidades*” e dos “*valores*”; e, por último o;

“Realista” (dezessete anos), com três subfases:

- *exploração*: conhece o mundo ao redor, acumula uma gama de informações, se depara com a complexidade da escolha e se imagina em várias profissões;
- *cristalização*: constata a necessidade da escolha e da multiplicidade dos pontos de vista, situa-se nos significados, nos atributos e nas experiências, identifica-se e organiza-se a partir de sua própria identidade; e por fim, a;
- *especificação*: identifica, ordena e encontra possibilidades, segundo suas necessidades, valores e critérios, integrando todos os elementos já considerados (1976, apud BOCK, 2006, p.33).

Considerar a escolha como realizada, entende-se por rever todas as etapas, operacionalizar e planejar a decisão, antecipando as dificuldades. No entanto, Ferreti (1988) considera este processo como findado quando há compatibilidade entre interesses, capacidades, valores e oportunidades ocupacionais.

Teorias Decisionais: leva em conta a situação do indivíduo dentro do sistema econômico em que vive. Propõe três etapas:

“*Preditiva*”: onde se identificam as possibilidades oferecidas e se analisam as consequências de cada uma dessas possibilidades;

“*Avaliativa*”: onde se analisa a desejabilidade das consequências arroladas na etapa anterior;

“*Decisiva ou decisória*”: onde se avaliam as decisões e finalmente se chega a uma escolha.

Nesta teoria, o orientador deve ajudar a pessoa: “a) a analisar os dados capazes de constituírem bases adequadas para se estabelecer uma decisão; b) a coligir informações que possam sugerir novas alternativas; e c) a determinar empiricamente a utilidade de cada decisão.” (Bock, 2006, P.37)

1.1.2 Teorias Não Psicológicas:

As Teorias Não-Psicológicas **convergem para o sujeito**, sobressaindo à ação do meio sobre o sujeito, são estas:

Teorias do Acidente: escolhas dadas às circunstâncias, ou seja, ao acaso.

Trazemos aqui uma referência Weberiana quanto ao acaso, como de fundamental importância no papel da escolha por acidente, fundamentada pelas oportunidades e circunstâncias que levam o sujeito a determinadas escolhas, pois independe inicialmente do talento ou desejo do próprio sujeito. O acaso coabita e está presente em outras teorias, não só na teoria do acidente.

Teorias Econômicas: enfatizam questões econômicas para escolha da profissão e, diferentemente das Teorias de Decisão, o sujeito é forçado dentro de suas possibilidades e não por decisão de escolha própria.

Aqui, certamente se encaixa uma explicação Marxista no que diz respeito à escolha por alienação; ou seja, a capacidade de não agir por si próprio e sim condicionado por um processo socioeconômico, onde, o que o sujeito pensa acerca de si e da sociedade tem a ver com as condições materiais ou econômicas em que está inserido e nas suas relações de produção.

Teorias Cultural e Sociológica: sofre influência direta da cultura e do meio social do sujeito.

Durkheim também nos traz uma explicação quanto às teorias cultural e sociológica, pelo fato da sociedade e o meio determinarem as atividades exercidas pelo sujeito, onde o sujeito é uno, enquanto ações particulares (subjetividade), mas atende a valores compartilhados em sua vida social, portanto múltiplo. Certamente que para Durkheim, as questões sociais e culturais o encaminhariam a uma escolha pela profissão a ser exercida, o que também acomodariam aqui as teorias econômicas.

Portanto, para as teorias Não-Psicológicas, a escolha profissional do sujeito é causada por elementos externos. Descrevem o processo de inserção do sujeito ao trabalho, sem vislumbrar qualquer papel ativo deste; descarta, portanto, a possibilidade de “orientabilidade” do processo, pois não admite a possibilidade do indivíduo planejar seu roteiro profissional ou a possibilidade de algum auxílio profissional para ajudar no processo. As forças, quer das contingências, das leis do mercado (oferta e procura) ou do padrão cultural das famílias, definem invariavelmente a posição e a ocupação do indivíduo na sociedade.

Tais abordagens psicológicas e não-psicológicas e suas teorias são normatizadoras e didáticas, porém não integralizam nem o sujeito e nem os fatores determinantes de escolha de forma multicontextualizada, no entanto atendem e convivem com novas concepções, cooperando para o entendimento do processo de escolha profissional.

Independente dos fatores que referenciam as escolhas de uma carreira, refletamos a importância da questão sobre orientação vocacional fazer parte do contexto social (que pode ser o escolar) do sujeito, com fim de concretizar seu processo de desenvolvimento humano. Atentemos para a importância a ser dada a esta questão de orientação vocacional, no sentido de serem pensadas formas para todos terem acesso a uma ajuda nesse processo de escolha. Certamente que a orientação vocacional traria resultados positivos tanto à sociedade quanto ao sujeito, que, em sua grande maioria, não dispõe de meios imparciais que o auxiliem a refletir sobre a trajetória de vida profissional. As escolas particulares hoje já possuem, em grau maior ou menor, como diferencial de seu trabalho, profissionais para auxílio na orientação vocacional, visto em menor frequência nas escolas públicas. Podemos também exemplificar as oficinas realizadas sobre as profissões, no intuito de mobilização e apresentação das profissões pelos alunos e para os alunos, que são comumente vistas nas escolas, principalmente privadas, além das oficinas realizadas pela escola que trazem profissionais para falar da carreira. O certo é que é necessário que haja empenho nas ações com vistas a este auxílio, pois se trata de algo de grande valia no processo de decisão do sujeito.

2. ESCOLHA PELA PEDAGOGIA:

Falaremos sobre este tema com base em um estudo realizado pela Fundação Carlos Chagas, por demanda da Fundação Victor Civita durante o ano de 2009, publicado em 2010, sob supervisão da professora Bernardete Gatti (WWW.fvc.org.br/estudos), realizados com jovens concluintes do ensino médio de escolas públicas e particulares, com rendimentos escolares diferenciados, em várias regiões do país, em cidades de grande e médio porte, perfazendo um total de 1.501 respondentes, onde aponta fatores atrativos e não atrativos à Pedagogia (ou licenciaturas) principalmente de aspectos intrínsecos, ou seja, próprios do sujeito, ou fatores psicológicos, mas também com interferência de fatores extrínsecos, não psicológicos.

2.1 Fatores Determinantes Na Escolha Pela Pedagogia

Apresentamos a seguir os fatores determinantes na escolha pela Pedagogia, com o percentil de cada escolha, e alguns recortes de fala dos entrevistados em grupo deste trabalho em que tomamos por base:

A possibilidade de ensinar e transmitir conhecimento (40%). A escolha aqui está vinculada a necessidade do ser humano em transmitir os seus conhecimentos e isso é algo intrínseco ao sujeito, como forma de manter a sua permanência e o saber. Podemos exemplificar essa necessidade a partir do relato desse aluno, quando diz: *“Ter prazer em ajudar uma pessoa que não entende o assunto que você domina”*; o qual é algo comum de escutar de estudantes ingressos no curso de Pedagogia, muitas vezes, soa certa inocência e ainda a falta da percepção de um universo maior da docência, quer seja apenas o de ensinar ou transmitir o saber. No entanto essa atração por transmitir o saber constitui uma das maiores características de quem quer seguir a carreira de professor.

Interesse por áreas específicas do conhecimento (19%) - aplica-se aqui também às licenciaturas. Independente da questão do ensinar ou da docência, pesa, e muito, o gosto por determinadas disciplinas do saber, como pudemos verificar no relato do aluno a seguir: *“A história é a uma área muito bonita, seus estudos, pesquisas. Acho fascinante”*. Porém, havendo ainda em alguns relatos, como vimos na pesquisa, em que o aluno cita os dois interesses de forma conciliadora: *“Pois gosto da matéria, gosto tanto que gostaria de compartilhar com outros que queiram aprender.”*, estando também expresso *“a possibilidade de ensinar e transmitir conhecimento”*.

Identificação profissional (13%). Tem a ver com a identificação do aluno com o professor e com a imagem positiva que este professor passa da profissão juntamente ao interesse do próprio estudante pela profissão, o relato mostra boas experiências que estes tiveram com alguns de seus professores e escolas, e que os levaram a fazer tal escolha, o que o estudo mostra na fala de muitos nas discussões orais e podemos ver no relato a seguir: *“... então, também já pensei, ainda penso, acho muito legal (ser professor) e acho, principalmente pela*

passagem que eu fiz na escola, que não foi nada traumatizante, não aconteceu nada demais comigo. Eu tive uma passagem boa, e acho que isso que mais me dá vontade, entendeu?” Por gostar desse ambiente e por ter aproveitado muito.”

Para concluir este tópico, apresentamos a seguir um recorte importante da imagem positiva construída da profissão de professor, por uma das jovens respondentes: *“Eu acho que o professor, além de transmitir o que ele sabe pras pessoas, se ele realmente faz isso por amor, porque ele gosta, acaba deixando um pouquinho dele em cada aluno que ele tem (...). E eu acho que bons professores são aqueles que fazem com amor mesmo e são apaixonados pela profissão” (Camila, escola particular, Fortaleza).*

2.2 Fatores determinantes da NÃO escolha pela pedagogia

Chama atenção aqui os fatores extrínsecos que permeiam as determinações da NÃO escolha pelo curso de pedagogia, prevalecendo, no entanto, os fatores intrínsecos do sujeito:

Não possuem características pessoais para exercício da carreira de professor (48%). Um dos alunos entrevistados relata o seguinte: *“Então, eu já pensei em ser professor, só que eu já desisti rápido dessa ideia. Eu não tenho condições de ministrar, eu não consigo, tem que saber ministrar o conteúdo, não tenho essa vocação, essa habilidade”,* deixando claro a questão da vocação e das habilidades ou características pessoais do aluno e sua autoimagem, onde não se vê capaz de seguir a carreira; outro relato deixa a questão das características pessoais ainda bem mais marcante: *“Eu nunca pensei em ser professora, até porque sou tímida, não conseguiria falar na frente”.*

Baixa remuneração (25%). De acordo com o estudo, a baixa remuneração da profissão docente representa um ponto a ser destacado, pois 40% dos entrevistados que um dia pensaram em ser professor, desistiram pelo fato da baixa remuneração da profissão, ou seja, atribuíram a outras profissões uma situação financeira e de qualidade de vida profissional melhor que a do professor, com destaque ao fato desses relatos ocorrerem em maior frequência com os alunos

pesquisados em escolas particulares. Vejamos um relato quanto a baixa remuneração de um dos alunos entrevistados: “... *hoje, nós pensamos grande, e pensar grande muitas vezes remete a uma empresa, ou algo grande nesse sentido*”.

A falta de identificação com as atividades inerentes à profissão (19%).

Aparece em terceiro lugar dos motivos de não se fazer a escolha pela profissão e pode ser exemplificada nas falas a seguir: “*gostar de outras profissões*”, e “*existem atividades mais interessantes em outra área*”. Portanto, são relatos de alunos que nunca pensaram em ser professor.

Como dito no início desse tópico, além dos fatores intrínsecos do sujeito relativos a não escolha pela profissão, também foram vistos de forma significativa nos relatos, numa proporção considerável, por isso importante, a ser apresentada, a presença de dois fatores extrínsecos: a **desvalorização da profissão (17%)** e o **desinteresse / desrespeito dos alunos (17%)**, sendo patente em suas falas, nos grupos de discussão da pesquisa, a concepção de que o professor é, em geral, mal remunerado e desprestigiado.

Do universo pesquisado, 1.501 alunos, apenas 31 alunos escolheram a pedagogia ou alguma licenciatura como primeira opção, sendo em percentuais, 2% pedagogia/licenciaturas e 83% carreiras desvinculadas à docência. Destes 31 alunos, 77% é formado por mulheres e 87% oriundos de escolas públicas, corroborando com o pensamento dos autores da pesquisa (org),

Estudantes que tiveram dificuldades de diferentes ordens para chegar ao ensino superior, são alunos que, principalmente, pelas restrições financeiras, tiveram poucos recursos para investir em ações que lhes propiciassem experiências culturais mais variadas, com maior acesso à leitura, cinema, teatro, eventos, exposição e viagens, buscando a carreira de professor, havendo uma mudança de perfil do público que busca pela docência, descaracterizando vocação e competência (Gatti e Barreto, 2009).

3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE

3.1 Breve abordagem das políticas públicas na formação dos professores

O processo de definição das políticas públicas na Educação, no que diz respeito à formação dos professores, tem sua maior expressão nas Diretrizes Curriculares para Formação Inicial de Professores para a Educação Básica em Nível Superior, documento este que faz menção a um conjunto de orientações sobre ajustes curriculares nos diferentes cursos de formação profissional.

Estas definições surgem a partir dos debates, nas mais diversas entidades organizacionais, do tipo, Fórum Nacional em Defesa da Formação de Professores, CNTE, ANFOPE, ANPED, ANPAE, FORUMDIR, CEDES, entre outras, acerca da formação dos professores e superação da atual condição desta carreira, referências e incertezas em relação a sua identidade profissional e formação de um profissional mais crítico diante das práticas de sua atuação e de sua profissão, que venha a intervir e transformar diretamente no contexto socioeconômico e político em que está inserido.

Cientes de tais discussões que envolvem as políticas socioeconômicas que norteiam, como um todo, os rumos desta profissão e a formação deste profissional e, que sofrem influência do tecnicismo (agora com uma nova roupagem), do neoliberalismo e capitalismo, entre outros idealismos políticos e econômicos, tais aspectos não serão aprofundado neste trabalho, trazemos apenas a conscientização de tais discussões dentro desta carreira, pois, a reflexão deste trabalho é quanto à escolha pela pedagogia, os atrativos desta profissão por futuros profissionais, que, de certa maneira, estão aquém relativamente destas lutas históricas e seus reais significados, porém conscientes das lutas através das representações sociais que testemunham como greves, baixos salários, condições de trabalho inadequadas, enfrentamento de violência, mudanças sociais, etc., e, que, mesmo assim, faz desta profissão, sua opção.

3.2 Breve abordagem histórica do curso de Pedagogia

Do final do século XIX até 1930, os professores eram formados pela Escola Normal, que a partir de 1930 são substituídas pelos Institutos de Educação, para formação dos professores primários, ocorrendo essa formação em dois anos.

O curso de Pedagogia foi criado no Brasil na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Brasil, pelo Decreto Lei nº 1.190, de 1939, juntamente com outras licenciaturas; com o objetivo de formar professores para o Ensino Secundário, devido à preocupação quanto ao despreparo dos docentes para o ensino nas escolas secundaristas. O curso tinha a dupla função de formar bacharéis e licenciados, no formato 3+1, ou seja, em três anos graduava como bacharel e o último ano era composto por disciplinas de natureza pedagógica, graduando-se como licenciado.

Como bacharel, o pedagogo ocupava cargos de técnico de educação, não estando claras as funções específicas quanto ao exercício de suas atividades; como licenciado seu campo de emprego era a docência no Curso Normal. No entanto, de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal, qualquer profissional com Ensino Superior poderia lecionar no Curso Normal, o que certamente já causa uma série de questionamentos quanto ao curso de Pedagogia.

Em 1969, diante das necessidades do mercado de trabalho e para atender ao apelo desenvolvimentista do período, o curso de Pedagogia foi reorganizado, sendo criada as habilitações, cumprindo a determinação da Lei nº 5540/68. O curso passa então a formar os “especialistas” em educação, orientador educacional, supervisor, administrador e inspetor escolares, etc; ofertando ainda habilitação em licenciatura do “Ensino das disciplinas e atividades práticas dos Cursos Normais”, e ainda com possibilidade a docência para os primeiros anos do Ensino Fundamental.

O Parecer CFE nº 252/69, incorporado à Resolução CFE nº 2/69 fixa então os mínimos de conteúdos e duração a serem observados na organização do curso de Pedagogia, com a concepção de que as diferentes habilitações teriam uma

base em comum de estudos e uma parte diversificada para atender às habilitações específicas.

Surgem, no final da década de 70, os movimentos sociais, que incluíam a participação de professores e alunos universitários, na discussão sobre a identidade profissional e em defesa do curso de Pedagogia, constituindo um movimento de resistência às reformas em um contexto de luta contra a ditadura imposta pelo regime militar.

A I Conferência Brasileira de Educação ocorre na PUC de São Paulo em 1980, quando o MEC retoma as discussões acerca das indicações CFE 67/75, que discorre sobre “Estudos Superiores de Educação” e 70/76, que discorre sobre “O Preparo de Especialistas em Educação”, dentre outros. Cujos resultados desta mobilização viriam a interferir nos rumos que as discussões do MEC tomariam. Produzido, em 1981 um “documento” pelo Comitê Pró-participação na Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura – Regional de São Paulo, que se tornou um marco, tendo o intuito de nortear os rumos dos trabalhos desenvolvidos dali para frente. A ideia de formar o professor enquanto educador é mantida, tendo a docência como base da identidade do pedagogo a partir de um núcleo comum; apenas muda-se o nome para “*base comum nacional*” que passa a constituir-se no cerne da proposta para os cursos de formação de educadores, sendo que permanecia a questão em relação a identidade do profissional.

Em 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, esta questão volta a aflorar, quando a LDB 9394/96 introduziu novos indicadores, visando a formação de profissionais para educação básica, especialmente no artigo 62, que introduz os Institutos Superiores de Educação - ISEs, como formadores de professores para atuar na Educação Básica, em consonância com as orientações do Banco Mundial. No artigo 63, inciso I, inclui, dentre as atribuições destes Institutos, a manutenção do Curso Normal Superior para formação de docentes para Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental; abrindo também a possibilidade de formação pedagógica a qualquer nível superior que quisessem se dedicar ao magistério na Educação Básica (art. 63, Inciso II), o que faz com que se retomem todas as discussões e haja rupturas no processo; e, apenas em 1998, depois de

muita pressão, é nomeada a Comissão de Especialistas do curso de Pedagogia, no intuito de intermediar os conflitos surgidos em decorrência da LDB/96, crescendo as manifestações contrárias aos ISEs, onde professores de um modo geral se organizaram em defesa do curso de Pedagogia, envolvendo os estudantes universitários em prol de mudanças. O curso de Pedagogia recupera assim a sua função como licenciatura em 2000, através do decreto nº 3.554, com a nova redação, substituindo “exclusivamente” por “preferencialmente”, porém o estrago já estava feito.

Em fevereiro de 2001, é elaborado outro documento por uma nova Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia, em que a formação do pedagogo desdobrava-se em duas alternativas, com projetos acadêmicos distintos, sendo que em qualquer um deles a docência é indicada como base da organização curricular e, conseqüentemente, de sua identidade.

Em 2006, podemos vislumbrar mudanças, com a aprovação das Diretrizes Nacionais para o curso de Pedagogia, pelo Conselho Nacional de Educação, mesmo com alterações sofridas, em que fica definido que a formação oferecida deverá abranger, integralmente, a docência e também a participação na gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral e a elaboração e execução de atividades educativas.

Como pudemos perceber, o curso de Pedagogia no Brasil desde o início, em 1939, em sua trajetória enfrenta problemas que o acompanham até hoje. Sua regulamentação data de 1972 e até 1978 o Conselho Federal de Educação realizou algumas alterações que se mantiveram até a década de 1980, quando surgiram os movimentos que buscavam mudanças na formação e identidade da profissão, elaborando um documento com objetivo de contribuir na reformulação do curso. Em 1998 e em 2001 são eleitas comissões representativas, porém somente em 2006, depois de muitas discussões e alterações em sua proposta, chega-se a uma definição com a formulação de suas diretrizes. Voltamos à questão da falta de definição da identidade do pedagogo e, podemos sim, continuar a buscar respostas, lembrando que a identidade profissional está ligada ao processo de construção contínuo do próprio curso e sua área de atuação,

Todas essas manifestações e movimentos constituem parte da história da luta que o curso de Pedagogia vem travando ao longo de sua existência; neste trabalho não iremos nos aprofundar nas questões políticas e ideológicas, como já relatei no tópico anterior, sobre a abordagem das políticas públicas do curso de pedagogia, por não ser este o foco; queremos apenas colocar a sua história, como parte deste processo e a influência destas questões na identidade profissional.

3.3 Abordagem da formação profissional do ponto de vista de alguns autores

Veremos a visão de alguns autores quanto à formação deste profissional do ponto de vista da natureza da formação. A escolha desses autores se deu por estes serem apresentados no decorrer do curso de pós-graduação em Docência do Ensino Superior e serem debatidos amplamente seus pontos de vista em sala de aula. Chamo atenção que dois desses autores são regionais, portanto cientes da realidade nacional, e os outros dois são de origem canadense, no entanto vemos semelhanças na problemática, com convergência de pontos de vista.

As autoras **Selma Garrido Pimenta e Lea das Graças Anastasiou** (2002) chamam atenção à deterioração da imagem de professor ao longo do tempo, que resultou da própria construção histórica dessa profissão, e hoje se expressa pela desqualificação da carreira apresentada hoje por status social desprestigiado e comanifestada pelos próprios profissionais de diversos níveis de ensino.

Apesar da visão mais abrangente do estudo dessas autoras em relação às causas que apontam para este desprestígio, sejam essas sociais, econômicas, políticas, culturais, acadêmicas e epistemológicas, nos deteremos nas questões apresentadas da natureza do trabalho, já que estamos querendo uma reflexão sob o ponto de vista da escolha pela carreira, no entanto, reconhecendo a relevância dessa carreira profissional no âmbito socioeconômico, político e cultural, como mediadora de todo esse processo de construção histórica.

As autoras atentam para as práticas institucionalizadas de educar e a formação deste profissional, que se determina e se identifica por estas práticas institucionalizadas e não por seu próprio caráter profissional, perdendo assim a sua

identidade e assumindo a identidade de uma instituição. Portanto, a partir da análise deste conjunto, propõe a análise e compreensão dessa cultura institucionalizada e a superação para que se possa desenvolver uma visão do profissional em si.

Apresentam para tanto o desafio do ato de pesquisar o ensinar na construção da identidade do professor em sala de aula. “A profissão docente é uma prática educativa, ou seja: como tantas outras, é uma forma de intervir na realidade social; no caso, mediante a educação”.

No entanto, fazem diferença entre a prática e a ação, sendo a primeira, institucionalizada, e, a segunda, ligada ao sujeito propriamente dito. Define a prática educativa institucionalizada pelo qual o sujeito se encontra determinado por esta e nela determinando de forma imbricada: sujeito/instituição e ação/prática. A pesquisa da ação/prática do ensino é importante, portanto para compreensão e transformação desta identidade que se encontra despersonalizada nas instituições por suas práticas educativas, que determinam todo o controle considerado eficaz neste processo, através de sua didática instrumental, que trará o controle de sala de aula e determinará as competências e habilidades exigidas ao profissional para fazer parte dessa instituição.

Todo esse processo de institucionalização da profissão e descaracterização do profissional é analisado do ponto de vista das autoras, não se desvalorizando as questões de tradição e hábitos adquiridos e cristalizados pela sociedade, pois que levam em conta a importância do papel construído de assessoria e continuidade da prática educativa, cumprindo funções básicas, como:

- a) assegura a continuidade da sociedade, introduzindo os sujeitos na memória coletiva;
- b) permite descarregar e liberar esforços, ao não ter de se reinventar sempre;
- c) permite o exercício do controle da ação e regula a conduta;

- d) ajuda a facilitar a percepção do outro, a interpretar sua conduta e a prever suas reações;
- e) tem duas faces: o olhar para trás (resultados dos atos passados) e o olhar para a frente (modelos a seguir);
- f) proporciona muita informação explícita sobre a ação ou o que se pode esperar de uma situação;
- g) pode ser obstáculo, quando se transforma em rotina rígida e apresenta dificuldade de adaptação a novas circunstâncias;
- h) leva a retificação: passo extremo do processo de objetivação.

Conforme as autoras, conclui-se que “as práticas são reprodutoras das regularidades, nas quais foram geradas, requerem a sobrevivência de um passado ativo e reativado pela sua reativação, ou seja, a prática gera prática”.

Portanto, apresentam algumas práticas educativas, de forma teleológicas, sob alguns enfoques gerados nessa prática:

1. Enfoque tradicional ou prático-artesanal, que tem por finalidade do ensino a transmissão do conhecimento diretamente associado as habilidades do fazer, ou seja, transmissão de valores, modos de pensar e costumes. Para isso a formação desse profissional se dá na prática institucional, sendo a cultura da escola o critério avaliativo e não há investimento pessoal e sim institucional quanto a essa formação.
2. Enfoque técnico ou academicista, que tem por fim a transmissão do conhecimento elaborado e produzido pela pesquisa científica e o papel do professor é introjetá-los, restringindo-se a métodos eficazes para garantir resultados esperados, sem questionar as diversidades e as desigualdades das condições de aprendizagem e

do contexto. O professor, nesse enfoque, deve ser portanto formado para adquirir competências comportamentais com o objetivo de executar tais conhecimento.

3. Enfoque hermenêutico ou reflexivo, o ensino é uma atividade complexa, pois ocorre em cenários singulares, portanto se determina pelo contexto, portanto, imprevisíveis quanto aos resultados, requerendo de seus personagens grande compromisso ético e político, portanto carregado de juízos valorativos. O professor neste enfoque é composto da sensibilidade da experiência e da indagação teórica.

Diante dessa análise, as autoras colocam que a formação deste profissional deve estar ligada a análise do ato de ensinar como prática e objeto de estudo, visando tornar o ensino uma conquista para todos, tornando este profissional mais crítico, reflexivo e participativo em busca de sua autonomia, para tanto requer investimento pessoal, intelectual, profissional e cultural.

Por último, atento para o que as autoras colocam em relação ao que a sociedade espera desses profissionais, mostrando que há um paradoxo nesses anseios, de um lado espera que sejam catalisadores da sociedade do conhecimento, ou seja, ajam como aceleradores e propulsores, porém também esperam que sejam elementos de resistência diante dos riscos e ameaças aparentes à vida pública. Ou seja, esperam ações ativas e reativas dentro da sociedade diante dos novos desafios e constantes transformações da sociedade.

Além do paradoxo dos anseios da sociedade quanto a esta profissão docente, ainda recai sobre este a exigência quanto a sua capacitação, competência e profissionalização. Considerando-se ainda este profissional sob aspectos emocionais e afetivos, características estas de determinação individual, as autoras se deparam com a complexidade da formação de um professor, portanto deve-se atentar a todos esses aspectos ao se pensar na melhoria da profissionalização docente e caracterização desse profissional dentro de sua prática de ensino, sendo

a pesquisa e a análise desse processo um fim determinativo para melhoria desse conjunto.

Concluimos aqui a visão desses autores, apresentada apenas quanto à sua natureza, sendo que vários aspectos não foram abordados, porém achamos importante a colocação destas visões, pois o sujeito desta pesquisa, consciente ou inconscientemente tem, em seu ato de escolha pela profissão de professor, ou pelo curso de Pedagogia, todos esses aspectos aqui colocados, e muitos outros, introjetados em seu universo de conhecimento; esbarrando na reflexão de encarar uma profissão com tantos problemas de identidade e de busca de reconhecimento, que tal sujeito, que também está em fase semelhante, a escolhe muitas vezes por ser a única opção, não fazendo parte de sua escolha pessoal.

Muitas vezes somos induzidos a fazer escolhas no nosso dia a dia de acordo com as possibilidades que nos é apresentada. Aqui volto ao mundo primitivo e faço uma breve reflexão, será que em algum tempo a escolha foi algo real na vida humana no que diz respeito à escolha por uma profissão? Será que todo sujeito, ou qualquer sujeito, tem o direito de escolha? Qual o peso do determinismo biológico? Qual o peso do acaso, da vocação, das origens e oportunidades do indivíduo, o homem realmente pode escolher sua profissão?

Maurice Tardif e Claude Lessard (2007) trazem inicialmente o questionamento do estudo da docência como trabalho; iniciam com a definição do trabalho na sociedade industrial, como “produção de bens”, essencial ao desenvolvimento material. Com isso, rebaixa o trabalho de professor a uma esfera secundária em relação a este trabalho material e produtivo desta sociedade, sendo então considerado como a mera missão de preparar os trabalhadores. Esse “tempo” de aprendizagem não havia valor produtivo, pois não se produzia bens materiais.

Tal ideologia, de acordo com os autores, se internalizou, dando a carreira de professor um caráter de improdutividade e o profissional como mero agente ou funcionário. O que não se aplica aos tempos modernos, e, portanto apresentam a sua **primeira tese**, defendendo que “longe de ser uma ocupação secundária ou periférica em relação à hegemonia do trabalho material, o trabalho docente constitui

uma das chaves para a compreensão das transformações atuais das sociedades de trabalho”, apoiando-a em quatro constatações:

- Primeira constatação: a categoria de trabalhadores produtores de bens materiais está em decadência, a revolução dos serviços suplantou a revolução industrial.
- Segunda constatação: as posições importantes e dominantes são ocupadas pelos detentores do conhecimento, que podemos chamar de capital humano.
- Terceira constatação: esse novo capital humano requer amplo conhecimento, fornecido pelas ciências naturais e sociais, na gestão dos problemas socioeconômicos.
- Quarta constatação: os ofícios e profissões que tem como objeto do trabalho os seres humanos gozam de status crescente diante das atuais transformações nas sociedades modernas.

Enfim, “o importante aqui é compreender que as pessoas não são um meio ou uma finalidade do trabalho, mas a “matéria-prima” do processo do trabalho interativo e o desafio primeiro das atividades dos trabalhadores”.

De acordo com os autores, a docência hoje, em relação à renovação deste capital humano está no centro dessa produção de “matéria-prima”, porém continua renegada, não sendo reconhecida como trabalho. Portanto, levantam-se questões acerca do estudo da docência e do trabalho exercido no espaço da escola, caracterizado nos moldes militares e industriais, de modo a querer reproduzir resultados semelhantes tanto para os alunos, quanto para os professores em suas práticas de ensino.

A **segunda tese** defendida pelos autores entende que “nós afirmamos que é praticamente impossível compreender o que os professores realmente fazem

sem, ao mesmo tempo, interrogar-se e elucidar os modelos de gestão e de realização do seu trabalho”.

Destaca-se aqui o termo “modelo de gestão”, remetendo-o diretamente a “profissionalização do ensino”, assunto amplamente discutido nos dias atuais dentro das diversas entidades organizacionais, porém as “proposições estabelecidas” na prática, não são incorporadas nas escolas (instituições) nem tampouco por grande parte dos profissionais da educação; esbarrando nas dificuldades de desamarrar esses profissionais aos métodos tradicionais de ensino e as escolas, que são refratárias a tais proposições.

Os autores insistem em não dissociar a profissionalização do ensino à problemática do trabalho escolar e docente, e dos modelos que regem a organização. Atentam o momento oportuno para as modificações do conceito de trabalho e sua natureza, reforçado pela produção de “objeto humano”, e, de forma simples explica a relação do trabalhador com o objeto de trabalho, que consiste na transformação desse objeto (matéria-prima) pelo sujeito, concebido exteriormente, porém que também modifica a identidade do trabalhador a partir do seu trabalho. Trazendo este conceito para a interação do profissional professor com o seu objeto de trabalho, “o objeto humano”, temos aqui uma relação mais complexa do ponto de vista da subjetividade, pois aqui o objeto é o sujeito, tem a mesma natureza, e toda essa relação traz uma série de reflexões, concluindo efetivamente que **“ensinar é trabalhar com seres humanos, sobre seres humanos, para seres humanos”**. O fato de o professor e o seu objeto de trabalho ter essencialmente a mesma natureza, requer modalidades adequadas de trabalho e de tecnologias, bem como conhecimentos diferenciados, pois cada objeto em si possui características próprias.

Em relação à opção pela Pedagogia, como se dá tal escolha diante de uma profissão com baixo salários, baixo prestígio, em constante transformação, de grande instabilidade profissional, baixas perspectivas, etc.? Você deve estar se perguntando, porque uma visão tão negativa quanto à escolha por esta profissão, a resposta que temos é, porque o negativo reflete em parte a positividade da escolha por esta profissão, que está na necessidade do ser humano transmitir o saber, e neste aspecto, dentro desta visão, está um dos maiores motivos pela escolha da

pedagogia, “a transmissão do conhecimento”, que se constitui em uma necessidade que o homem tem de assegurar o conhecimento às futuras gerações através do ensino, da reflexão, da indagação, do olhar o passado do ponto de vista presente visionando o futuro, um segundo aspecto positivo é a “pura paixão pelo ensino”. Por outro lado vem o acaso, a escolha impulsionada pelas oportunidades, que traz uma interrogação em relação a este futuro profissional. Ainda trago um novo questionamento, que poderá ser amplamente analisado, já que a ciência tem este papel: “diante das novas tecnologias, dos novos tempos, do fato do professor não ser o único detentor do saber, estamos diante de novos dilemas na profissão? Creio que sim.

4. ESCOLHA DA CARREIRA PROFISSIONAL FRENTE ÀS AFERIÇÕES AVALIATIVAS E SELEÇÃO – ENEM/SISU

A questão de escolha ou opção por uma carreira profissional, que se constituirá no ensino superior ou pós-médio, esbarra no processo seletivo (Exame) para o ingresso em uma carreira futura, em que os resultados individuais iram oportunizar este ingresso.

Faz-se necessário, portanto, o entendimento do atual sistema de aferição (ENEM) e seleção (SiSU), para complementar a reflexão quanto as oportunidade de escolha do sujeito, que terá que concorrer com um universo amplo de outros sujeitos em busca da oportunidade de profissionalizar-se. Entender para melhor refletir como se dá essa oportunidade dentro desse sistema seletivo/avaliativo.

Tivemos como base para este entendimento documentos gerados pelo INEP e seus colaboradores, como o Documento Básico/ENEM e Fundamentação Teórico-Metodológica, além de acesso ao Sistema de Seleção Unificada – SiSU, desenvolvido pelo Ministério da Educação acessado via internet.

4. 1 ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

O ENEM surge a partir de 1998, inicialmente como aferidor avaliativo do desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais, tendo como ponto de partida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, pela qual determina que o ensino médio seja uma etapa conclusiva da educação básica. Propõe ainda que o ensino médio prepare o sujeito para inserção no mundo do trabalho e participação plena na sociedade. Para tanto, que desenvolva as competências e habilidades necessárias para operacionalizar tais proposições. Seguindo, portanto, uma tendência internacional de valorizar a formação geral na educação básica, com sólida aquisição dos conhecimentos e conteúdos das ciências e das artes, favorecendo a complementaridade e integração entre os conteúdos disciplinares e as áreas de conhecimento, diferenciando-se do currículo compartimentalizado, sendo o ENEM concebido dentro desta visão.

Essa nova visão de desenvolvimento de competências traz em si o objetivo de fazer com que este sujeito assimile as informações e saiba utilizá-las dentro dos diversos contextos, demonstrando ao final do ensino médio:

“I – domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”.

Com isso, desvinculando o atributo ao ensino médio de mero preparatório para o ingresso no ensino superior, por sua vez gerando competências, que diz respeito às ações operacionais utilizadas pelo sujeito no estabelecimento de relações ou conexões feitas no seu universo, a partir de sua cognição; e habilidades, que decorrem das competências, como um realizar imediato, que se aperfeiçoa, se articula e se organiza, gerando novas competências ao sujeito.

O ENEM não aferi o acúmulo de informações que o sujeito adquiriu ao longo de sua trajetória escolar, porém a capacidade de uso e aplicação de tais informações nos mais variados contextos, traduzindo e interpretando o mundo ao seu redor com a construção de um raciocínio mais amplo.

O ENEM é realizado anualmente e foi criado para fornecer um diagnóstico da Educação no Brasil, de como os alunos saiam do ensino básico (fundamental e médio). Hoje é utilizado como processo seletivo de ingresso para o ensino pós-médio e superior, em substituição ao vestibular, sendo composto por quatro áreas de conhecimento, além de redação, sendo estas: Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias, todas subdivididas por temas, sendo uma prova única para todo o país, com questões neutras, buscando não apresentar traços regionais, já que é uma avaliação de parâmetro Nacional.

A estruturação do exame tem como referência a LDB, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Reforma do Ensino Médio, e, ainda, as Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), partindo de uma matriz de competências e habilidades, associadas aos conteúdos do ensino fundamental e médio, próprias ao sujeito na fase de desenvolvimento cognitivo.

Esse modelo de avaliação do enfatiza a aferição das estruturas mentais por meio da quais o conhecimento é continuamente construído e reconstruído e não apenas a memória que, importantíssima na constituição das estruturas mentais, sozinha não consegue fazer o sujeito capaz de compreender o mundo em que vive, particularmente num contexto de aceleradas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas.

4.2 SiSU - Sistema de Seleção Unificada

O SiSU é um sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de ensino superior e pós-médio,

oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) para ingresso em cursos superiores.

O funcionamento deste processo seletivo atende a regras em que o candidato dispõe de até duas opções de escolhas, podendo concorrer às vagas de ampla concorrência ou destinadas às políticas afirmativas (cotas para afrodescendentes, indígenas, egressos de escola pública etc.); sendo necessário a este candidato que entenda com clareza as regras e os prazos estabelecidos nesse 'jogo', para que efetivamente tenha êxito em suas incursões no sistema. É importante salientar que o SiSU realiza dois processos seletivos por ano para um processo avaliativo do Enem, no início do primeiro semestre e início do segundo semestre.

Essas regras e toda a explicação do processo de inscrição, vagas, notas, classificação, seleção, chamada, lista de espera, assim como as instituições e cursos que participam desse processo seletivo e listas dos cursos oferecidos, quem pode participar deste processo e como participar, são encontradas no próprio portal do MEC (<http://portal.mec.gov.br/>). E, como, em todo 'jogo', nem todas as regras ficam claras, porém, é comum que entremos no jogo e busquemos entender durante as partidas, até o completo domínio de suas regras, assim acontece com esse sistema. Gostaríamos de complementar que não é um jogo fácil de entender por um grande número de jogadores.

5. ESTUDO DE CASO

Para concluir este trabalho, achei de suma importância a inclusão de uma pesquisa de campo, pois o que nos levou a realizar este trabalho foi justamente a constatação *in locu*, por ocasião do ingresso no curso de Pedagogia da UFC em janeiro de 2011, primeiro processo seletivo do ENEM dessa instituição, que a maioria dos alunos do curso noturno deste período, num total de dezessete na data da enquete, não tinha a Pedagogia como primeira opção, apontando a maioria que suas escolhas seria pelo curso de Psicologia, com muitos relatos de que a escolha do curso de Pedagogia estaria ligada a pontuação do ENEM, apresentando apenas

dois alunos que tinham como opção o curso de Pedagogia. Portanto, deixando-nos inquietos quanto a questão da escolha pela Pedagogia, vocação, opção, personagens, situação da escolha, significado na formação dos futuros profissionais, levando-nos a vários questionamentos quanto a profissão e os porquês ligados ao contexto.

Após verificarmos a literatura em busca da base das escolhas profissionais, as teorias clássicas, os fatores determinantes específicos na escolha pela docência, a formação deste profissional, história da pedagogia, políticas públicas, pontos de vista quanto à identidade profissional e da profissão e os processos de ingresso no curso de Pedagogia, realizamos uma breve pesquisa, com enquete, com respostas fechadas e abertas, e um questionário socioeconômico e cultural em busca de termos uma visão panorâmica. No entanto, cabe ressaltar que tal pesquisa não busca generalizações, busca apenas constatar as teorias vistas e constituir base exploratória a novas visões e novos questionamentos.

5.1 População e amostra

A população deste estudo foi constituída pela totalidade de 56 alunos ingressos no curso de Pedagogia, dos turnos diurno e noturno, da Universidade Federal do Ceará, no ano de 2012, primeiro semestre, dos quais 29 alunos do curso diurno e 27 do curso noturno.

5.2 Coleta de dados e instrumentos da pesquisa

A coleta de dados foi realizada a partir de dois instrumentos, enquete e questionário socioeconômico e cultural, excluindo-se a questão de gênero e faixa etária, por não abrangermos tais aspectos no presente trabalho.

- a) A enquete consta de duas perguntas, em que a primeira aborda a escolha pela Pedagogia, apresentando quatro opções, duas opções apenas para marcar e duas com marcação e descrição; segunda pergunta solicita a listagem de até três opções de escolha pelo curso superior, caso

não se tenha pensado em Pedagogia como primeira opção. Portanto, somente os alunos que não tem a Pedagogia como curso de opção respondem a segunda pergunta (APÊNDICE A).

b) O questionário socioeconômico e cultural aborda questões como procedência escolar dos alunos, escolaridade dos pais, renda familiar, participação em atividades culturais e leitura de livros, com o objetivo de se conhecer o perfil destes alunos e o seu capital cultural e analisar a correlação dos dados frente às teorias apresentadas. (APÊNDICE B).

5.3 Resultados da pesquisa

Dos 56 alunos que participaram da enquete 49% optaram pela Pedagogia, onde 35 % fizeram a opção consciente pelo curso de Pedagogia, conhecendo suas áreas de atuação e sobre a profissão e 14 % fizeram a opção sem antes buscar informações sobre o curso, tendo contato apenas com a profissão em seu cotidiano.

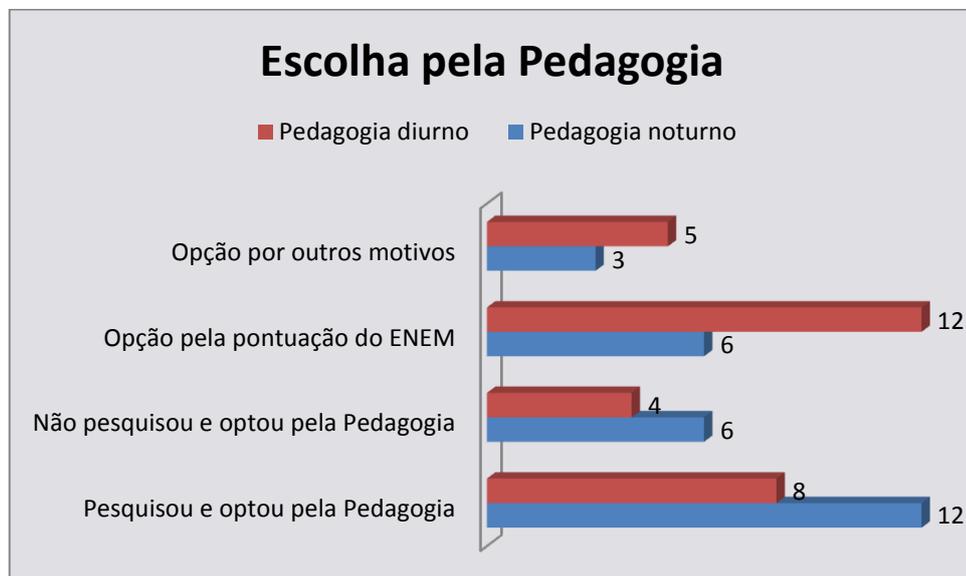


Gráfico 01

Os 51% restante não tinham como opção o curso de Pedagogia, dentre esses 69% fizeram a opção baseados na pontuação do ENEM e adequação aos interesses ou mesmo identificação com a área de humanas. Chama atenção à opção pelo curso de Psicologia em maior número nestes, que podemos exemplificar

nos relatos a seguir: “...era o que mais se adequava ao curso que eu queria (psicologia), por estar na mesma área”, “era o curso que mais se assemelha a Psicologia” e outro, “para aproveitar cadeiras para o curso de Psicologia”.



Gráfico 02

Na correlação da escolha do curso superior como primeira opção e escolas oriundas, escolaridade dos pais e renda familiar, temos:

- em relação aos alunos que optaram pela Psicologia, todos vieram de escolas privadas e pelo menos um dos pais tinha curso superior;
- o aluno que optou pela Medicina tem renda familiar entre dez a vinte salários mínimos;
- apenas mais três alunos tem renda familiar entre dez a vinte salários mínimos e suas escolhas foram: Arquitetura, Enfermagem e Pedagogia;

- dos 56 alunos, 39 possuem renda até quatro salários mínimos, sendo que 12 destes recebem até 2 salários;
- dos 26 alunos que não optaram pela Pedagogia, 17 alunos são oriundos de escolas privadas, 5 de escolas públicas e 4 de pública e privada e 18 destes tem pelo menos um dos pais com escolaridade superior.

Ainda, dos 26 alunos que não tinham a Pedagogia como primeira opção de curso, 10 indicaram como segunda opção, 9 indicaram como terceira opção e 7 não indicaram entre as três opções, tendo relatos dentre estes que *“para aproveitar cadeiras para a Psicologia”* e também *“pela pontuação e horários”*, o que corrobora com o que vimos na pesquisa.

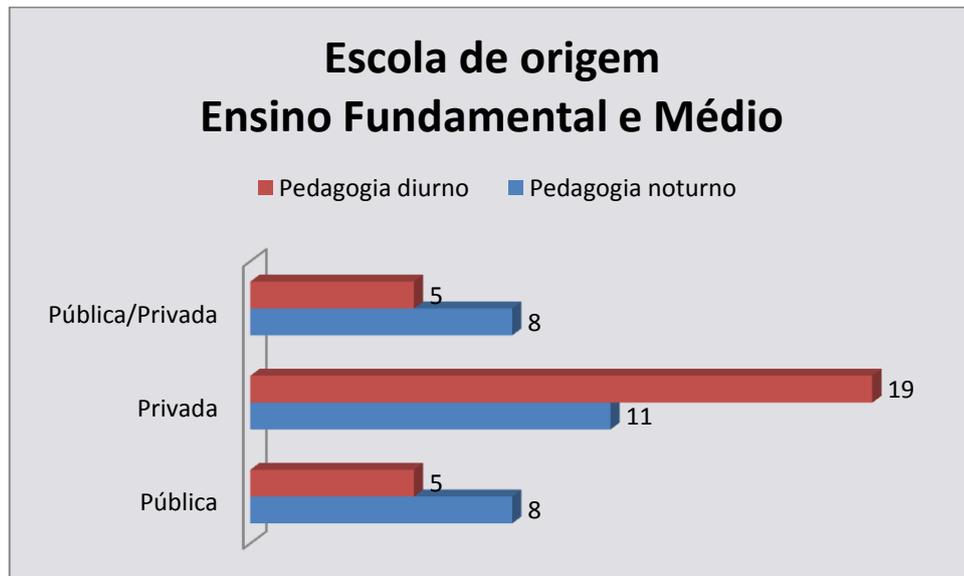


Gráfico 03

Em relação à escola de origem de ensino básico, o grande número, aproximadamente 53% do total dos estudantes ingressos veio de escolas particulares, o que representa um total de 30 alunos; e aproximadamente 23% de escolas públicas e 23% que estudaram tanto em escolas públicas quanto privadas.

Os dados quanto à origem escolar dos alunos ingressos nos permite constatar que a maioria dos alunos é oriunda de escolas particulares; o percentual de alunos egressos de escolas públicas é menor que um quarto do total, sendo que os alunos que estudaram em escolas públicas e particulares em sua trajetória

escolar também preenchem, neste trabalho, a mesma representatividade. Assim, o ingresso dos alunos no processo seletivo ainda aponta para determinantes socioeconômicos, quer sejam, àqueles que têm melhores condições de estudos; que denota a desigualdade do ensino de escolas públicas e privadas.

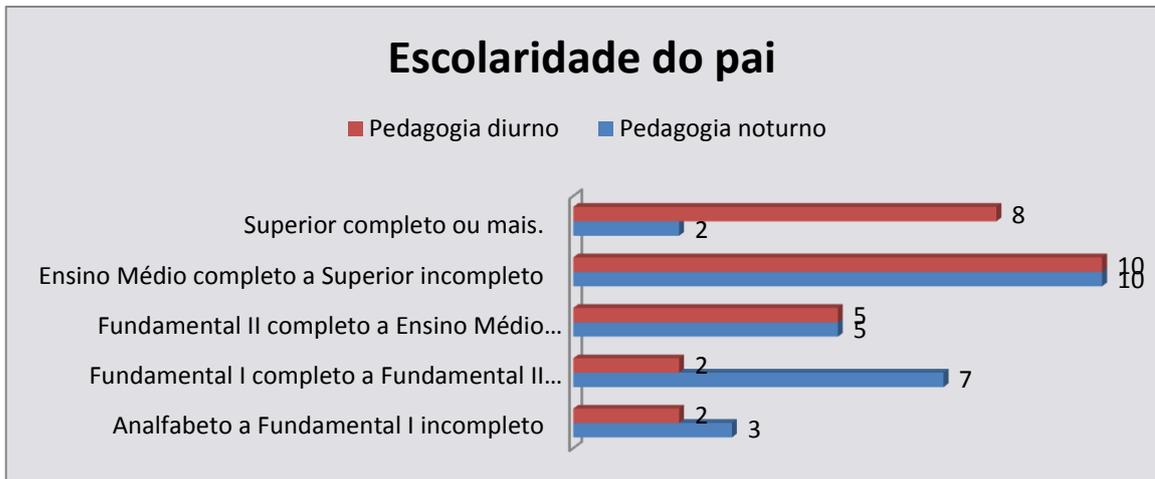


Gráfico 04

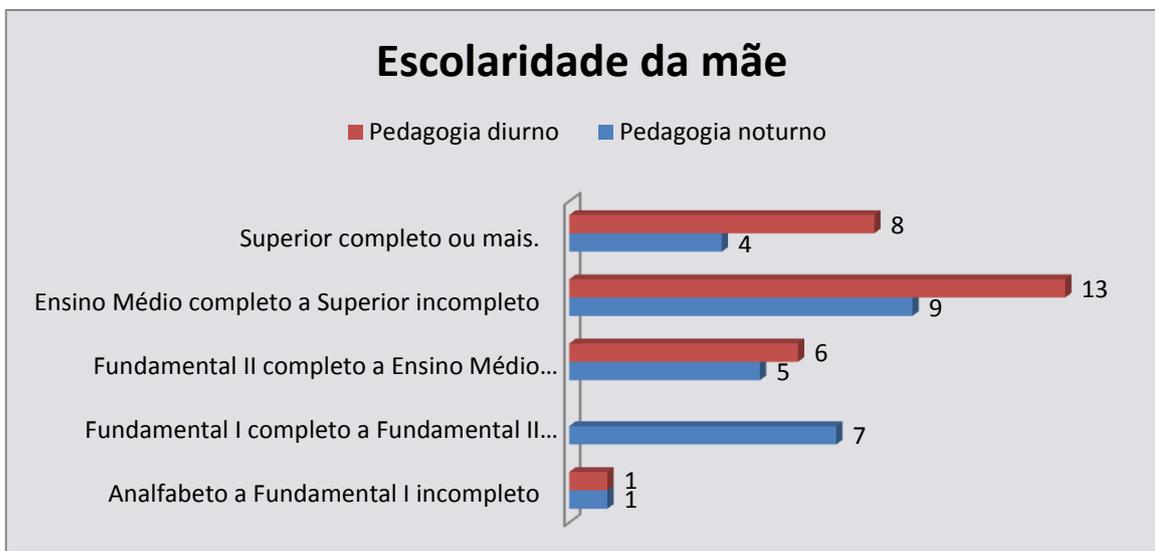


Gráfico 05

Em relação à escolaridade dos pais, chama a atenção que a escolaridade da mãe apresenta-se maior que a do pai e que a maioria dos pais estão entre a faixa de Ensino Médio completo a Ensino Superior, ou acima deste, sendo num percentual de aproximadamente 59%.

Apenas 6% estão entre os pais que tem o nível de escolaridade na faixa de Analfabeto a Ensino Fundamental I incompleto, ou seja, tem escolaridade menor que o 5º ano, antiga 4ª série; 14% estão na faixa de Fundamental I completo a Fundamental II incompleto, ou seja, escolaridade abaixo do 9ª ano, antiga 8ª série e os outros 19% estão na faixa entre o Fundamental completo e o Ensino Médio.

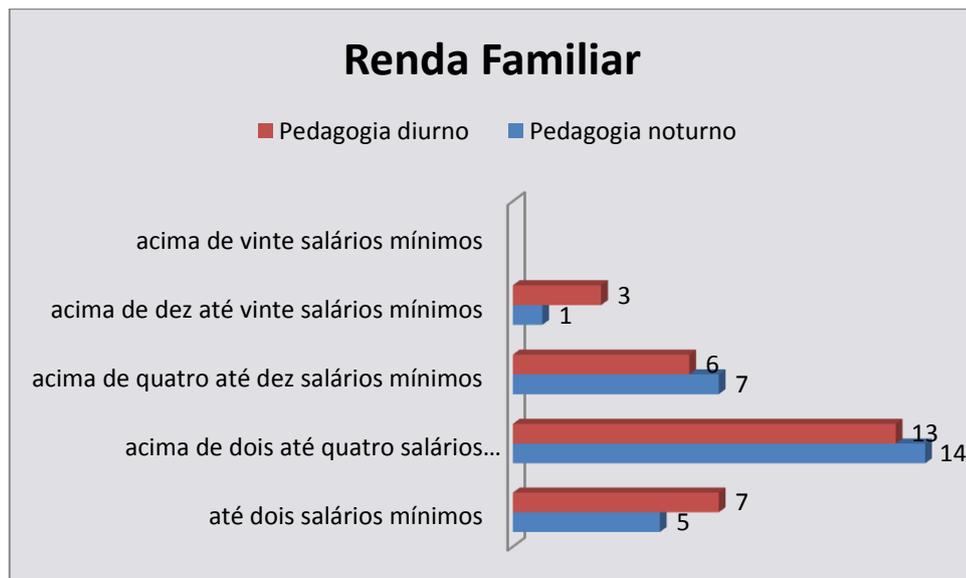


Gráfico 06

Em relação à renda familiar, mencionada anteriormente, há um grande percentual de alunos com renda familiar abaixo de quatro salários mínimos, 69 %; destes, aproximadamente um terço tem renda até dois salários mínimos; expondo claramente as questões socioeconômicas diante das escolhas, se compararmos com cursos como Medicina, Direito e Engenharias, ou mesmo, como vimos neste trabalho, o exemplo dos alunos que fazem opção pela Psicologia, entre sete alunos, três tem renda acima de 4 até 10 salários mínimos, e todos tem pelo menos um dos pais com o nível superior completo.

Dos 30 alunos que fizeram a opção pela Pedagogia, 22 tem renda familiar abaixo de 4 salários mínimos, destes 9 até 2 salários mínimos, apenas apresenta 1 aluno com renda entre 10 e 20 salários mínimos e 6 na faixa de 4 a 10.

Dos 26 alunos que fizeram a opção pela Pedagogia, mas suas escolhas eram outras, optando declaradamente sob influência de outros fatores determinantes,

que não suas escolhas pessoais, 17 têm renda abaixo de 4 salários mínimos, sendo que 3 destes de até 2 salários mínimos, 6 alunos tem renda entre 4 e 10 salários mínimos e 3 alunos com renda entre 10 e 20 salários mínimos.

Em nenhum dos grupos os que optaram por preferências pessoais e os que optaram por outros fatores apresentou renda familiar acima de 20 salários mínimos. De fato chama atenção a questão socioeconômico relacionada à escolha/opção, atrelada ainda as questões de grau de escolaridade dos pais e a questão da escola de origem, pública e privada, necessitando de uma pesquisa mais acurada em relação a todos esses fatores.

Por último, tentamos ter uma visão da questão do capital cultural dos alunos ingressantes no curso de Pedagogia, por atribuímos a este fator uma posição privilegiada no que diz respeito à carreira e atuação desse profissional. Apesar de não abordarmos esta questão neste trabalho com maiores inferências, sabemos que quanto maior o nível socioeconômico do indivíduo maior é o seu capital cultural, tendo acesso a muitas atividades culturais e desenvolvendo maior desempenho acadêmico. Portanto apenas iremos apresentar os dados aqui coletados que julgamos importantes.



Gráfico 07

A atividade cultural que mais tiveram acesso foi o cinema, onde 80% dos alunos ingressantes no curso de Pedagogia informaram ter participado no último ano; em segundo lugar podemos apontar 48% em excursões e viagens, seguido por 46% que tiveram acesso ao teatro. O que chama atenção e apresenta menor acessibilidade dos alunos, foi a participação em cursos de línguas estrangeiras, com 21%.



Gráfico 08

Na abordagem quanto à leitura de livros no último ano; foi solicitado que informassem quantos livros leram e citarem, no mínimo, três desses livros. Foram classificados para fins de gráfico: os que não leram nenhum livro, até três livros, entre quatro e nove e acima de dez livros. Colocamos este questionamento por sabermos da importância do hábito de ler para estes futuros profissionais e pela leitura estar inclusa na formação cultural do sujeito, por tanto tratar-se de formador do seu capital cultural.

Chama a atenção no Gráfico 08 o fato dos alunos do curso noturno terem menos leitura do que os alunos do curso diurno, concluindo dever-se ao fato destes, em sua grande maioria, trabalharem, portanto dispendo de menor tempo para essa atividade.

Correlacionando os dados da leitura de livros com a origem escolar, percebemos que os alunos que apresentaram maior leitura foram os oriundos de

escolas particulares, havendo 11 alunos com leitura entre 3 a 9 livros, para 7 de escolas públicas e 4 de escolas públicas e privadas. Dentre os que leram até 3 livros, os alunos de escolas privadas apresentam 12 alunos para 2 em escolas públicas e 3 em públicas e particulares, podendo verificar a questão socioeconômica ligada à questão cultural, mesmo não sendo em uma escala marcante devida maior percentual ser de alunos oriundos de escolas privadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Pimenta (2002), embora os professores adquiram experiências significativas na área de atuação ou tenham um grande embasamento teórico, predominam no geral, o despreparo e até um desconhecimento científico do que seja um processo de ensino aprendizagem.

Além da formação e características inatas do sujeito e se o mesmo possui “vocação” para o trabalho, o que este futuro profissional tem que ter em mente é construção de sua identidade, como professor, baseada não apenas nas experiências vividas, nas características inatas e no conhecimento adquirido, mas também no empenho deste em construir saberes pedagógico através de uma formação contínua, que viabilize o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício desta profissão; nesse sentido, ter uma consciência real do que é ser professor é, como afirma Paulo Freire (2004) em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, retratando os saberes, necessário à prática docente:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto ou aquilo. (...) Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina; não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. Esse é um momento apenas da minha atividade pedagógica. (...) Tão importante quanto o ensino dos conteúdos é minha coerência na classe. A coerência entre o que digo, o que escrevo e o que faço. (FREIRE, 2004, p. 39,40).

Em relação à escolha pelo curso de Pedagogia, fica nítido o fato da maioria dos alunos serem de classe social com renda familiar abaixo de quatro

salários mínimos, inferindo ser o curso de Pedagogia apenas uma possibilidade; já que suas reais escolhas possam estar fora do alcance de sua realidade socioeconômica e do seu preparo estudantil. Portanto, necessitando de um estudo mais acurado em relação à escolha pela Pedagogia ser consciente ou por descarte; já que não possuem condições de pagar um curso de sua escolha pessoal ou não tiveram pontuação suficiente para suas escolhas reais, ou não se acham capazes de competir por outro curso, levados por suas características e, por antemão, saberem que não possuem preparo para tal e terem sua autoimagem rebaixada em relação aos alunos oriundos de escolas que possuem uma preparação mais voltada para as questões de ingresso em um curso superior, com ensino de maior qualidade.

Em relação à atratividade do curso, fica claro que a Pedagogia possui pontos extrínsecos, ou seja, externos à profissão, que são de forte influência na NÃO escolha por esta profissão; havendo muitos indivíduos com vocação e características pessoais para exercer a docência, porém que esbarram nas questões de remuneração, desvalorização e desprestígio, com desestímulos da própria família e meio social.

Em relação a termos ou não opção quanto à profissão de escolha pessoal, ou mesmo conscientização das nossas escolhas, pois escolhemos de forma ingênua e inocente, por falta de orientação e de conhecimento prévio da carreira, observamos que ainda é uma questão em aberto a ser refletida, devido à subjetividade humana. No entanto, questões socioeconômicas e culturais atuam com forte intensidade na construção dessa escolha, como inferimos em relação à escolha pela Pedagogia, onde muitos possuem renda familiar baixa, enquanto que nos cursos de Medicina, Direito e Engenharias a renda familiar é bem maior, e poderia ser que muitos desses indivíduos com capital cultural bem mais amplo e com características pessoais relevantes à prática da docência de origem mais abastadas, desistam da carreira da docência por fatores como vimos nesse trabalho, como baixas remunerações e pelo desprestígio da profissão, muitas vezes estes se formam em suas carreiras de maior 'status' e se voltam para docência quando estabelecidas suas carreiras, como um sinal de que suas características se voltavam para docência, porém devido a razões de escolha por uma profissão que lhes

garantissem um melhor reconhecimento em seu meio, optaram por outros caminhos, tendo estes, ainda a opção pelo ensino, através dos mestrados e doutorados.

Concluimos que, alguns personagens que ingressam no curso de Pedagogia, irão encontrar uma profissão que ainda se constrói e luta por sua identidade e reconhecimento; por outro lado, esses próprios personagens também tem suas lutas pessoais de reconhecimento na sociedade, e estão em busca de oportunidades e lidam com suas frustrações e limitações, que podem levar a desconfortos na construção de suas identidades profissionais. Todos esses fatores devem ser levados em conta nesse processo social, cultural e subjetivo da escolha e formação profissional, havendo também maior reflexão em relação às questões avaliativas e de orientação profissional, e melhores condições de competitividade, já que a proposta das políticas afirmativas do ENEM/SiSU seja equalizar essa situação, que sob nosso ponto de vista continua desequilibrada, ajudando porém a um maior número de ingresso de estudantes de escolas públicas, não os tendo oportunizado dentro de suas escolhas pessoais, conscientes ou inconscientes deste processo.

REFERÊNCIAS

BOCK, Sílvio Duarte. **Orientação Profissional: a abordagem sócio-histórica**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREITAS, Helena C. L. de. **Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12928.pdf> > Acesso em 20 de dezembro de 2011.

NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do. **A “escolha” pelo curso normal: para além do discurso da vocação**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará, 1999.

OLIVEIRA, M. D. A. de; MELO-SILVA, L. L. **Estudantes universitários: a influência das variáveis socioeconômicas e culturais na carreira**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572010000100003 > Acesso em 20 de dezembro de 2011.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, vl 14, nº40. P__-__, jan/abr, 2009.

SCHEIBE, L.; AGUIAR, M. A. **Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de pedagogia em questão**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a12v2068.pdf> > Acesso em 20 de dezembro de 2011.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TARTUCE, G. B.; NUNESO, M. M. R.; ALMEIDA, P. C. A. (Org) **Alunos do ensino médio e atratividade da carreira docente no Brasil**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742010000200008&script=sci_arttext> Acesso em 20 de dezembro de 2011.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 4.ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Enquete

Na busca por compreender os motivos que levam o sujeito a optar pelo curso de Pedagogia, peço sua colaboração para responder os itens abaixo.

1. O que o levou a optar pela Pedagogia?

() Pesquisei sobre a Pedagogia e suas áreas de atuação e decidi espontaneamente pelo curso como primeira opção;

() Não pesquise sobre a Pedagogia e suas áreas de atuação, mas era o que eu queria como primeira opção;

() Não era a minha primeira opção, porém, dentre os cursos disponíveis à minha pontuação no ENEM, pedagogia era o que mais se adequava a(o) _____

() Não era a minha primeira opção, escolhi porque _____

Se não era a sua primeira escolha, responda abaixo:

1ª opção: _____ 2ª opção: _____ 3ª opção: _____

APÊNDICE B – Questionário socioeconômico e cultural**Perfil socioeconômico e cultural****1. Escola em que cursou o ensino:****Fundamental / Médio**

- a. pública pública
- b. privada privada
- c. pública privada
- d. privada pública
- e. outras _____

2. Escolaridade dos pais:**Pai / Mãe**

- a. analfabeto / fundamental I* incompleto
- b. fundamental I completo / fundamental II** incompleto
- c. fundamental II completo / ensino médio incompleto
- d. ensino médio completo / superior incompleto
- e. superior completo

* Fundamental I (vai até o 5º ano, antiga 4ª série)

** Fundamental II (vai até o 9º ano, antiga 8ª série)

3. Renda familiar

- a. até dois salários mínimos
- b. acima de dois até quatro salários mínimos
- c. acima de quatro até dez salários mínimos
- d. acima de dez até vinte salários mínimos
- e. acima de vinte salários mínimos

4. Participação em algumas dessas atividades culturais no último ano (mais de uma opção)

- a. () cinema
- b. () teatro/espetáculo/dança
- c. () música/canto
- d. () literatura/poesia
- e. () exposições/artes plásticas
- f. () excursões/viagens
- g. () cursos de línguas estrangeiras

5. Quantos livros você leu no último ano?_____ Cite pelo menos três livros que você leu e que gostou _____
